



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002461-83.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Cléber Rinaldo Manzoni**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por **CLÉBER RINALDO MANZONI** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO-DETRAN/SP** e o **DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGENS - DER**. Pretende a parte autora que se declare a nulidade dos Processos Administrativos de Cassação nº 268/2016 e 269/2016, com base na pessoalidade da sanção e que as pontuações referentes aos AITs nº 1C445293-4 e 1C445263-4 sejam transferidas à verdadeira condutora, Marla Simone Jovenasso Manzoni, CNH nº 00784163806.

Com a inicial vieram os documentos 17/28.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 29/31).

Os requeridos foram devidamente citados (fls. 41 e 43), mas deixaram de apresentar resposta no prazo legal (fls. 43)

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o processo nos termos do art. 355 do NCPC, não havendo necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhimento.

Consigne-se que o decurso do prazo a que alude o §7º do art. 257 do CTB, para indicação do condutor, não caracteriza decadência, ou seja, perda do direito da correta atribuição de responsabilidade. A preclusão temporal do dispositivo citado é meramente administrativa, para compatibilizá-la com a necessidade de andamento dos procedimentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desenvolvidos pela Administração Pública. A jurisprudência vem reconhecendo a possibilidade de comprovação, em juízo, de que o infrator era pessoa diversa do proprietário (REsp 765.970/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, j. 17/09/2009, DJe 02/10/2009). Tal se fundamenta no caráter personalíssimo das sanções. Somente aquele que comete um ato ilícito pode por ele responder. A pena não pode ser cumprida por outro quando efetivamente comprovado que a infração fora cometida por condutor diverso à figura do proprietário.

O autor não foi autuado em flagrante, não podendo ser automática a imputação da infração, somente por ser o proprietário, quando indicou a real infratora e houve declaração desta de que aceita a transferência da pontuação, conforme se verifica do documento de fls. 27.

É certo que, aparentemente, não fez a indicação da condutora no prazo previsto, contudo, o fez agora e isso deve ser considerado.

Assim já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA CNH NEGATIVA DE EXPEDIÇÃO INFRAÇÃO DE NATUREZA GRAVE INDICAÇÃO DO CONDUTOR DO VEÍCULO VÍCIO FORMAL RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO RESTRITA AOS EFEITOS PATRIMONIAIS DA INFRAÇÃO. Tendo a indicação do condutor do veículo sido indeferida por vício formal, mas havendo elementos indicativos de que a infração foi cometida por terceiro, que assumiu a autoria do fato, não pode o proprietário do veículo ser responsabilizado pelos efeitos extrapatrimoniais da infração. Pena que não pode passar da pessoa do infrator. Segurança concedida. Sentença mantida. Sentença mantida Reexame necessário, considerado interposto, desacolhido. Recurso Desprovido. (Apelação nº 0001774-59.2015.8.26.0319, 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Décio Notarangeli, julgado em 14/10/2015).

A aplicação da pena não pode se dar por presunção, mas somente no caso de o infrator conduzir o veículo, certeza que só se teria se ele tivesse sido flagrado dirigindo e não apenas por ser o proprietário do veículo, o que gera, somente, responsabilidade para fins fiscais e não para restrição do direito de dirigir.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e PROCEDENTE o pedido, para o fim de declarar a nulidade dos Processos Administrativos de Cassação nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

268/2016 e 269/2016 e determinar que o requerido DER providencie a transferência das pontuações referentes aos AITs nº 1C445293-4 e 1C445263-4 s à verdadeira condutora, Marla Simone Jovenasso Manzoni, CNH nº 00784163806.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P. I.

São Carlos, 19 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**